

**XXIX CONGRESSO NACIONAL DO  
CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU - SC**

**DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS I**

**JOAO PEDRO IGNACIO MARSILLAC**

**ERICA ANTONIA BIANCO DE SOTO INOUE**

**LUIZ GERALDO DO CARMO GOMES**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Diretora Executiva** - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

**Representante Discente:** Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

**Secretarias**

**Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

**Comunicação:**

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

**Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

**Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

**Eventos:**

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

**Membro Nato** - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos humanos e fundamentais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Érica Antônia Bianco de Soto Inoue; João Pedro Ignacio Marsillac; Luiz Geraldo do Carmo Gomes. – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-586-7

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos humanos. 3. Fundamentais. XXIX Congresso Nacional do CONPEDI Balneário Camboriu - SC (3: 2022: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



# XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU - SC

## DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS I

---

### **Apresentação**

As pesquisas apresentadas no Grupo de Trabalho de “Direitos Humanos e Fundamentais”, do XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, revelaram temas de pertinência nacional e internacional, abordando com excelência as linhas de pesquisa ligada ao tema geral do evento, qual seja: “Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities”.

O tema deste Grupo de Trabalho tem se mostrado de grande importância ao longo das últimas décadas em que muito se tem debatido sobre direitos humanos e sua afirmação por meio dos direitos fundamentais.

Neste ambiente de concretização de direitos, dentre os trabalhos apresentados, chamaram a atenção as pesquisas que uniram o uso da tecnologia como meio de seleção de características naturais para indicar pessoas supostamente mais propensas a cometer crimes, tais como cor da pele, etnia, classe social, dentre outras, às graves violações que isso acarretaria aos direitos humanos e fundamentais.

Ainda, em alguns debates, surgiram questões muito interessantes ligadas ao uso da tecnologia enquanto meio de substituição de magistrados na prolação de sentenças judiciais ou na criação de precedentes a serem aplicados automaticamente após levantamento de dados pelos algoritmos de computadores de Tribunais Superiores.

Nos debates, foram mencionados programas já em teste como o “Victor”, que analisa a admissibilidade ou não de recursos pelo Superior Tribunal Federal e a possível violação do acesso à justiça pela sua utilização. Em inovação acadêmica, uniram pesquisas sobre Lei Geral de Proteção de Dados e o uso de algoritmos enquanto forma de manipulação de sistemas para que aquela admissibilidade ocorra em maior ou menor grau por determinados usuários.

Nota-se, portanto, a riqueza do evento e das pesquisas muito atuais trazidas para apresentação e debates, com propostas contendo inovações para o cenário jurídico e inestimável contribuição à construção de novos preceitos para ciência jurídica.

Sendo assim, é com satisfação que, como coordenadores do presente Grupo de Trabalho, apresentamos os temas indicados acima, por terem sido trabalhados com precisão científica pelos expositores, em primorosa contribuição ao cenário jurídico-acadêmico nacional.

Erica Antônia Bianco de Soto Inoue

Luiz Geraldo do Carmo Gomes

João Pedro Ignacio Marsillac

# **PESQUISA EMPÍRICA SOBRE A INCLUSÃO E A ACESSIBILIDADE DA PCD NO CAMPUS DA USP DE RIBEIRÃO PRETO**

**Iara Pereira Ribeiro<sup>1</sup>**  
**Rebeca Costa Fabrício**

## **Resumo**

**INTRODUÇÃO:** A educação inclusiva, em todos os níveis de ensino, é amplamente assegurada pela legislação brasileira. Quanto à inclusão das pessoas com deficiência (PCDs) no ensino superior (ES), observa-se que tem havido um crescimento gradual no número de matrículas de alunos com deficiência, como resultado de políticas e leis instituídas pelo poder público visando à garantia desse direito. Ainda assim, o número de PCDs que ingressam no ES corresponde a 0,64% do total de matrículas no país (INEP, 2022) e estudos apontam a existência de inúmeras barreiras à plena participação e inclusão desses alunos, o que demonstra a insuficiência de medidas inclusivas nas instituições de ensino.

**PROBLEMA DE PESQUISA:** Considerando o baixo índice de matrículas de PCDs no ES e as barreiras sociais cotidianamente enfrentadas por elas, indaga-se: há alunos com deficiência na USP de Ribeirão Preto (USP/RP)? O que os próprios alunos (com ou sem deficiência) pensam sobre a inclusão e a acessibilidade do campus?

**OBJETIVO:** Verificar a existência de PCDs nos cursos da USP/RP e averiguar as condições de inclusão e acessibilidade no campus segundo a percepção dos estudantes.

**MÉTODO:** A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP/USP (CAEE nº 40834720.8.0000.5407) e os métodos de análise dos resultados foram o comparativo e o indutivo. O instrumento consistiu num questionário online, elaborado através da ferramenta de formulários do Google. Com a autorização das Diretorias das unidades de ensino, um convite à participação da pesquisa foi transmitido, pelo e-mail institucional, aos alunos da EEFERP, EERP, FCRP, FDRP, FEARP, FFCLRP e FMRP. A pesquisa também foi divulgada no grupo “USP Ribeirão Preto” do Facebook, nos perfis da FDRP e pessoal da pesquisadora no Instagram e em grupos do WhatsApp. A amostra soma 105 participações, das quais 6 estudantes se autodeclararam com deficiência, sendo elas física (n=2), intelectual (n=1), múltipla (n=1), visual (n=1) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)

---

<sup>1</sup> Orientador(a) do trabalho/resumo científico

(n=1), e 28 estudantes afirmam conhecer alguém que se autodeclara com deficiência, citando as deficiências física (n=13), visual (n=5), intelectual (n=5), auditiva (n=4), TEA (n=2), múltipla (n=1) e esquizofrenia (n=1). Os participantes estão vinculados à FFCLRP (n=40), FDRP (n=25), EERP (n=21), FCFRP (n=8), FEARP (n=6) e FMRP (n=2), sendo que 13 são pós-graduandos. 51 ingressaram na USP/RP pelo vestibular da Fuvest em ampla concorrência, 23 pelo Sisu, 17 pela Fuvest em reserva de vagas, 8 por processo seletivo interno da pós-graduação e 5 por transferência externa. 82 participantes se identificam com o gênero feminino e 23 com o gênero masculino. 78 declaram-se brancos, 16 pardos, 9 pretos e 1 amarelo. Os temas abordados foram (1) inclusão, (2) acessibilidade arquitetônica, (3) nos transportes, (4) comunicacional, (5) atitudinal, (6) metodológica, (7) instrumental e (8) efetividade da educação inclusiva no ES.

**RESULTADOS ALCANÇADOS:** (1) 35,2% dos participantes não consideram o campus inclusivo, 31,4% o avaliam como parcialmente inclusivo e 6,7% como plenamente inclusivo. 46,7% reputam as políticas de inclusão adotadas pela USP insuficientes, em contraste com 25,7% que as supõem parcialmente suficientes e 4,8%, plenamente suficientes. Quase a totalidade dos participantes se posiciona favoravelmente à implementação de cotas para PCDs na USP, sendo 62,9% plenamente favoráveis e 29,5% parcialmente favoráveis. (2) 36,2% não consideram os espaços do campus acessíveis, 37,1% os qualificam como parcialmente acessíveis e 1,9% como plenamente acessíveis. 5,7% declaram já ter sido impedidos de frequentar algum local do campus devido à falta de acessibilidade e 8,7% afirmam conhecer alguém que já sofreu tal impedimento. Alguns participantes destacaram a inadequação ou ausência de calçadas, rampas, corrimãos, pisos táteis e sinalizações sonoras e táteis no campus. (3) 29,5% classificam os ônibus circulares da USP/RP como não acessíveis, 32,4% como parcialmente acessíveis e 5,7% como plenamente acessíveis. (4) 18,1% informam ter tido alguma dificuldade em se comunicar com colegas, professores ou funcionários e 16,2% conhecem alguém que teve alguma dificuldade de comunicação. Entretanto, os relatos fornecidos demonstram a formação de uma concepção de acessibilidade comunicacional dissociada da deficiência, pois assinalam a ineficácia da comunicação com docentes e serviços institucionais, sobretudo diante do ensino remoto. Apenas dois participantes se referem à dificuldade de comunicação de PCDs com professores em sala de aula. (5) 12,4% indicam conhecer alguém que já sofreu preconceito em razão da deficiência na USP/RP e 5 PCDs que participaram da pesquisa declaram que já sofreram, por diversas vezes, preconceito por parte de colegas, professores ou funcionários. (6) 63,8% não consideram os docentes preparados para atender as diferentes demandas de PCDs em sala de aula, enquanto 21,9% avaliam os professores como parcialmente preparados e 1,9% como plenamente preparados. 4 PCDs afirmam que, em várias ocasiões, tiveram dificuldades em acompanhar as aulas devido aos recursos didáticos empregados pelos docentes. (7) 52,4% acreditam que os materiais de

estudo disponíveis não são acessíveis, 38,1% julgam tais utensílios parcialmente acessíveis e 4,8%, plenamente acessíveis. (8) 49,5% pensam que o direito à educação superior inclusiva das PCDs não está sendo efetivado, 32,4% acreditam que esse direito é parcialmente efetivado e 3,8% o consideram plenamente efetivado. Alguns participantes associam a não efetividade desse direito ao fato de não terem contato com colegas ou professores com deficiência na universidade e ao despreparo institucional para receber PCDs. Os dados obtidos acompanham os resultados de pesquisas semelhantes (ALMEIDA; FERREIRA, 2018; CASTRO; ALMEIDA, 2014; GARCIA; BACARIN; LEONARDO 2018; MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011; PEREIRA et al., 2020). Em conclusão, foi possível perceber que o número de PCDs que ingressam na USP/RP é insignificante se comparado ao total de alunos, bem como que o campus está permeado por barreiras que dificultam a permanência e a formação de PCDs, perpetuando a exclusão. Para modificar esse cenário, é necessário o empenho da universidade em identificar as barreiras existentes no campus, realizar ações para superá-las e estabelecer um diálogo anticapacitista sobre a deficiência.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência, inclusão, ensino superior

### Referências

ALMEIDA, José Guilherme de Andrade; FERREIRA, Eliana Lucia. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 22, n. esp, p. 67-75, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572018000400067&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400067&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 23 jul. 2022.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amelia. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, jun. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382014000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000200003&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 09 ago. 2022.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 22, n. esp., p. 33-40, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572018000400033&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400033&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 29 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2020. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao> . Acesso em 18 jul. 2022.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 125-143, set. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602011000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 12 jul. 2022.

PEREIRA, Rosamaria Reo et al. Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Pará: Dificuldades e Sugestões de Melhoramento. *Rev. bras. educ. espec.*, Bauru, v. 26, n. 3, p. 387-402, jul. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382020000300387&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382020000300387&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 11 ago. 2022.